



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.
--------	-----

Of. Dirleg nº 2.913/20

Belo Horizonte, 24 de dezembro de 2020

Senhor Conselheiro-Presidente,

Informo a Vossa Excelência que a Comissão de Orçamento e Finanças Públicas desta Câmara aprovou, em 23/12/20, Proposta de Diligência sobre a Prestação de Contas nº 2012/2012, dirigida ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

Cumpre esclarecer que, conforme o § 1º do art. 86 do Regimento Interno desta Casa, o prazo improrrogável para o cumprimento da diligência é de até 30 (trinta) dias corridos, a partir da data de recebimento deste ofício.

Informo-lhe também que a Prestação de Contas nº 2012/2012 encontra-se disponível para consulta em [www.cmbh.mg.gov.br](http://www.cmbh.mg.gov.br). Para essa consulta, acessar, na página inicial, **Legislação e Proposições**; clicar em **Projetos e +**; selecionar a opção **Prestação de Contas**; preencher o **número** e o **ano** da proposição e clicar em **Pesquisar**.

Segue, anexa, cópia da Proposta de Diligência.

Atenciosamente,

  
Vereadora Nely Aquino  
Presidente

Recebido por: _____ NOME LEGÍVEL
MATRÍCULA OU IDENTIDADE: _____
Órgão: _____
Em ____/____/____ Hora: _____

Excelentíssimo Senhor  
Mauri José Torres Duarte  
Conselheiro-Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais - TCE-MG  
Avenida Raja Gabaglia, 1.315 - Luxemburgo - Belo Horizonte - MG  
/part

Vencimento da diligência em: ____ / ____ / ____
---



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

DIRLEG	Fl.
8	47

### PRESTAÇÃO DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE - EXERCÍCIO 2012

#### PROPOSTA DE DILIGÊNCIA

##### RELATÓRIO

Por meio do Ofício GP.EXT-0090/OF, de 12 de março de 2013, foi encaminhada à Câmara Municipal as Contas da Gestão do Exercício de 2012 da Prefeitura de Belo Horizonte, prestadas pelo então Prefeito Márcio de Araújo Lacerda.

O Presidente da Câmara Municipal determinou a distribuição do referido documento para conhecimento e consulta, facultando a apresentação de pedidos de informações ao Poder Executivo.

O Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, através do Ofício nº 16.777/2020, datado de 29 de outubro de 2020, encaminha o Parecer Prévio emitido sobre as contas do Município de Belo Horizonte - Exercício 2012, emitido pela 2ª Câmara do referido Tribunal.

Nos termos do art. 125 do Regimento Interno - RI, recebido o parecer prévio do Tribunal de Contas, o presidente determinará a sua distribuição em avulsos, encaminhando o processo à Comissão de Orçamento e Finanças Públicas para, em vinte dias úteis, emitir parecer, concluindo com a apresentação de projeto de resolução.

Em 20 de novembro de 2020, o Parecer Prévio foi publicado e as contas foram encaminhadas à Comissão de Orçamento e Finanças Públicas.

Designado relator da matéria, apresento a presente proposta de diligência, nos termos do art. 86, II, do RI.

##### FUNDAMENTAÇÃO

O momento do julgamento das contas é, seguramente, um dos mais significativos no exercício das atribuições cometidas ao Poder Legislativo. Trata-se do momento propício à verificação da exatidão do cumprimento do orçamento, seja sob o ponto de vista dos créditos consignados, seja quanto à eficácia dos programas levados a efeito pelo Município.

A Constituição da República - CR estabelece, em seu art. 31, que "a fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal,



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

DIRLEG	FL.
✓	48

na forma da lei" e, ainda, que "o controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio dos Tribunais de Contas dos Estados ou do Município ou dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios, onde houver".

Não se pode esquecer que o "julgamento" das contas do Município é feito no âmbito da Câmara Municipal. Toda a contribuição que poderá oferecer o Tribunal de Contas do Estado, ao elaborar o Parecer Prévio, será para viabilizar esse julgamento, sendo certo que "o parecer prévio, emitido pelo órgão competente sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal" (art. 31, §2º, CR).

Não há possibilidade de se levar a efeito qualquer julgamento sem que se estabeleça o devido processo legal, iniciado com o chamamento do interessado direto nesse julgamento para que apresente as razões que entenda úteis à sua defesa.

Contudo, o ordenamento jurídico local não contempla disposição muito clara sobre o trâmite do processo de julgamento das contas. Na sistemática regimental adotada, não há expressa previsão do chamamento do Prefeito, responsável pelas contas, para apresentar defesa. No entanto, a cientificação do prestador de contas é essencial ao processo, como se verá.

Diversos são os precedentes nesta Comissão para determinar o chamamento do prestador das contas para que se possa realizar, com justiça e legalidade plena, o julgamento das contas. Esse foi o procedimento adotado nos processos de julgamento das contas do Município dos exercícios de 1991, 1992, 2000, 2001, 2002, 2003, 2005, 2010, 2011 e 2013.

Tem aplicação nesses casos, em face das consequências jurídicas do resultado do julgamento, o princípio previsto no art. 5º, LV, CR de que "aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes".

A orientação jurisprudencial do Tribunal de Justiça de Minas Gerais não deixa margem a dúvidas:

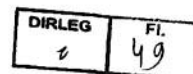
"PREFEITO MUNICIPAL - REJEIÇÃO DE SUAS CONTAS PELA CÂMARA MUNICIPAL - INOBSERVÂNCIA DAS GARANTIAS CONSTITUCIONAIS DE AMPLA DEFESA - VIOLAÇÃO DA "LEX MAJOR"- NULIDADE DA RESOLUÇÃO DA CÂMARA - O julgamento das contas do Prefeito pela Câmara Municipal, ainda que precedido de parecer do Tribunal de Contas, só poderá ocorrer após ser-lhe dada a oportunidade de ampla defesa e do contraditório, constitucionalmente assegurados pelo art. 5º, inciso LV, da Lei Fundamental da República."

(Apelação Cível nº 1.0000.00.319138-4/000, Relator Desembargador HYPARCO IMMESI, DJ 02/12/2003)

"ADMINISTRATIVO. JULGAMENTO DAS CONTAS DO PREFEITO PELA CÂMARA MUNICIPAL. DIREITO À AMPLA DEFESA E AO CONTRADITÓRIO. PRECEDENTE DO EXCELSO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. O Excelso Supremo Tribunal Federal, no exercício de sua competência de defender e uniformizar



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE



ainterpretação da Constituição da República, posicionou-se no sentido de que a defesa do Prefeito Municipal exercitada perante o Tribunal de Contas não dispensa a defesa que possa ser exercida perante o Plenário da Câmara dos Vereadores e que, por isto, o julgamento das contas pelo Legislativo Municipal sem que se propicie ao interessado a oportunidade de opor-se ao pronunciamento técnico do TC viola os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa."

(Apelação Cível nº 1.0000.00.271189-3/000, Relator BRANDÃO TEIXEIRA, DJ 06/06/2003)

"ADMINISTRATIVO - AÇÃO DE NULIDADE DE JULGAMENTO DE CONTAS - PREFEITO MUNICIPAL - PRESTAÇÃO DE CONTAS - CÂMARA MUNICIPAL - CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA - INOBSERVÂNCIA - NULIDADE - PROCEDÊNCIA DO PEDIDO - MANUTENÇÃO - INTELIGÊNCIA DO ART. 5º, LV, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. É de se declarar a nulidade do julgamento das contas do Prefeito Municipal, de competência da Câmara Municipal, uma vez não observados os constitucionais princípios do contraditório e da ampla defesa, nos termos do dispositivo de regência."

(Apelação Cível nº 1.0687.01.007926-1/001, Relator Desembargador DORIVAL GUIMARÃES PEREIRA, DJ 17/02/2005)

"AGRAVO DE INSTRUMENTO - PRESTAÇÃO DE CONTAS - EX-PREFEITO - CÂMARA MUNICIPAL - JULGAMENTO - AMPLA DEFESA E CONTRADITÓRIO - OBSERVÂNCIA - NECESSIDADE.

1. É pacífico no Supremo Tribunal Federal o entendimento de que ao ex-prefeito é assegurado o direito de defesa em relação à deliberação da Câmara Municipal sobre suas contas. 2. Inobservado o princípio da ampla defesa no procedimento instaurado pelo legislativo local, fato reconhecido pela própria agravante, há que se manter a liminar que suspendeu os efeitos da resolução que rejeitou as contas da ex-prefeita."

(Agravo de instrumento 1.0343.12.000580-0/001 - Relator Desembargador RAIMUNDO MESSIAS JÚNIOR - j. em 4/12/2012)

"REEXAME NECESSÁRIO - APELAÇÃO CÍVEL - MANDADO DE SEGURANÇA - PEDIDO DE RESTAURAÇÃO DE PRAZO - AUSÊNCIA DE FATO E FUNDAMENTO JURÍDICO - INDEFERIR A INICIAL - PRESTAÇÃO DE CONTAS - EX-PREFEITO MUNICIPAL - CONTROLE LEGISLATIVO - REJEIÇÃO - OPORTUNIDADE DE CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA - AUSÊNCIA - AFRONTA AO DEVIDO PROCESSO LEGAL - NULIDADE DO ATO LEGISLATIVO - VIOLAÇÃO À DIREITO LÍQUIDO E CERTO - SEGURANÇA CONCEDIDA - SENTENÇA CONFIRMADA - RECURSO VOLUNTÁRIO PREJUDICADO. 1. Deve ser indeferida a inicial quanto ao pedido, cujo fato e fundamento jurídico não foram indicados. 2. O artigo 5º, inciso LX, da Constituição da República é expresso no sentido de que, "aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes". 3. Ao chefe do executivo, no procedimento de julgamento das contas por ele apresentadas, deve ser assegurado o



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

DIRLEG	Fl.
~	50

contraditório administrativo e a ampla defesa, sob pena de ofensa ao postulado democrático do devido processo legal. 4. É nulo o processo administrativo que não oportuniza ou cerceia a defesa do interessado.

(Reexame Necessário/Ap. Cível 1.0470.13.004137-4/002 - Relator Desembargador MARCELO RODRIGUES- j. em 5/11/2014)

No mesmo sentido a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal:

"PREFEITO MUNICIPAL. CONTAS REJEITADAS PELA CÂMARA DE VEREADORES. ALEGADA OFENSA AO PRINCÍPIO DO DIREITO DE DEFESA (INC. LV DO ART.5º DA CF). Sendo o julgamento das contas do recorrente, como ex-Chefe do Executivo Municipal, realizado pela Câmara de Vereadores mediante parecer prévio do Tribunal de Contas, que poderá deixar de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Casa Legislativa (arts. 31, §1º, e 71 c/c o 75 da CF), é fora de dúvida que, no presente caso, em que o parecer foi pela rejeição das contas, não poderia ele, em face da norma constitucional sob referência, ter sido aprovado, sem que se houvesse propiciado ao interessado a oportunidade de opor-se ao referido pronunciamento técnico, de maneira ampla, perante o órgão legislativo, com vista à sua almejada reversão. Recurso conhecido e provido"

(Supremo Tribunal Federal, 1ª Turma, Relator Ministro Ilmar Galvão, julgamento em 05.12.2000, votação unânime, pub. DJ 16.03.2001).

"AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. PREFEITO MUNICIPAL. CONTAS REJEITADAS PELA CÂMARA MUNICIPAL. DIREITO AO CONTRADITÓRIO E À AMPLA DEFESA. PRECEDENTES. 1. É pacífica a jurisprudência desta nossa Casa de Justiça no sentido de que é de ser assegurado a ex-prefeito o direito de defesa quando da deliberação da Câmara Municipal sobre suas contas. 2. Agravo regimental desprovido."

(Supremo Tribunal Federal, 2ª Turma, RE 414908 AgR/MG - Relator Ministro Ayres Britto - j. em 16.8.2011)

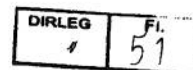
*Com efeito, "a função opinativa do Tribunal de Contas sobre as contas que lhes são apresentadas, emitindo parecer prévio, apontando eventuais irregularidades e indicando as medidas corretivas, permite que a Câmara Municipal as julgue com pleno conhecimento da matéria. Aos integrantes do Legislativo Municipal cabe efetivamente julgar as contas do Prefeito Municipal. Consoante a competência que o Constituinte Estadual lhes atribuiu, como representantes do povo, devem efetivamente realizar o julgamento político de tais contas. Nessas condições, a Câmara Municipal tem o poder-dever indelegável de julgar as contas do Prefeito, que detém a qualidade de gestor administrativo de dinheiro público."* (Apelação Cível 271189-3/000)

Tal entendimento foi recentemente confirmado pelo Supremo Tribunal Federal, ao julgar o mérito da Repercussão Geral no Recurso Extraordinário nº 848.826- Distrito Federal:

*"O Tribunal, por maioria, apreciando o tema 835 da repercussão geral, deu provimento ao recurso extraordinário, ao entendimento de*



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE



*que, para os fins do art. 1º, inciso I, alínea "g", da Lei Complementar 64/90, a apreciação das contas dos prefeitos, tanto as de governo quanto as de gestão, será feita pelas Câmaras municipais como auxílio dos Tribunais de Contas competentes, cujo parecer prévio somente deixará de prevalecer por decisão de 2/3 dos vereadores, vencidos os Ministros Roberto Barroso (Relator), Teori Zavascki, Rosa Weber, Luiz Fux e Dias Toffoli. Redigirá o acórdão o Ministro Ricardo Lewandowski (Presidente). Plenário, 10.08.2016."*

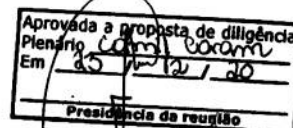
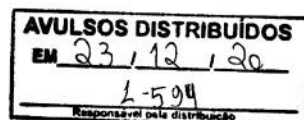
Assim, seguindo os precedentes mencionados e para assegurar a legitimidade do julgamento que fará a Câmara Municipal das contas do Município relativas ao exercício de 2012, proponho que seja o presente processo baixado em diligência, a fim de que seja cientificado o prestador das contas - o ex-Prefeito Márcio de Araújo Lacerda - para tomar conhecimento do processo e acompanhar sua tramitação até a decisão final desta Câmara, conferindo-lhe o prazo de 30 (trinta) dias para oferecer a defesa ou manifestação que entender necessária, podendo, se o desejar, produzir sustentação oral na Comissão e no Plenário, e fazer-se representar por advogado na produção da defesa e em todos os atos do processo.

Para a adequada instrução processual, proponho seja promovida diligência ao egrégio Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, a fim de obter esclarecimentos complementares sobre a prestação de contas do Exercício 2012, solicitando a cópia ou arquivo eletrônico do Processo nº 887400, relativo às contas do Exercício de 2012, em sua íntegra.

Requeiro, ainda, a consequente suspensão do prazo da Comissão para a emissão do parecer, nos termos regimentais.

Belo Horizonte, 21 de dezembro de 2020.

  
Vereador Reinaldo Dinho  
Relator



MP 042/2020